

CORTE DE GASTOS E AUMENTO DE IMPOSTOS SERÃO ANUNCIADOS NA PRÓXIMA SEMANA

BRASIL E FMI ACERTAM ARROCHO

O ACORDO

As metas de superávit primário para as contas públicas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI)

- ✓ **1999** 2,6% do PIB — R\$ 23,8 bilhões
- ✓ **2000** 2,8% do PIB — R\$ 25,6 bilhões
- ✓ **2001** 3% do PIB — R\$ 27,4 bilhões



Agora é oficial. O pacote fiscal vai ser anunciado só na próxima semana, depois do segundo turno das eleições. O Palácio do Planalto confirmou o prazo. Já o Ministério da Fazenda e o Fundo Monetário Internacional (FMI), em comunicado conjunto, informaram as metas de superávit primário (receitas maiores do que despesas, excluindo gastos com juros) para as contas públicas nos próximos três anos. O governo se comprometeu com superávits crescentes nesse período, de 2,6% a 3% do Produto Interno Bruto (PIB), mas as medidas mais amargas — cortes drásticos nos gastos públicos e aumento de impostos — virão mesmo no próximo ano. A partir de 2000, a aposta é nos resultados das reformas constitucionais que devem reduzir as despesas do governo e aumentar a arrecadação de impostos.

Conforme o *Correio Braziliense* antecipou no dia 9, a equipe econômica propôs ao FMI um ajuste escalonado nas contas, com superávits crescentes, partindo de um patamar menor, de 2,6% do PIB (cerca de R\$ 23,8 bilhões), em 1999, para evitar uma recessão ainda maior. Os técnicos do Fundo exigiam inicialmente um esforço fiscal equivalente a 3% do PIB já no próximo ano. O comunicado conjunto divulgado ontem informa que para o ano 2000 o superávit prometido é de 2,8% do PIB (cerca de R\$ 25,6 bilhões) e para 2001 o equivalente a 3% do PIB (cerca de R\$ 27,4 bilhões). O objetivo é estabilizar a dívida do setor público em relação ao PIB no ano 2000, diz o comunicado.

"Vencemos mais uma etapa importante", disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, em Washington, depois de quatro dias de conversações com o FMI para amarrar o acordo que tor-

Josemar Gonçalves/AJB



Malan e Lara Rezende deixam o Ministério da Fazenda depois de discutir as medidas do pacote fiscal que serão anunciadas depois das eleições

nará possível a liberação de um empréstimo preventivo de cerca de US\$ 30 bilhões para o Brasil. Parente informou que o governo e o FMI chegaram também a um completo entendimento sobre o que chamou de "o ponto de partida" do programa e sobre os critérios usados na análise das contas públicas, o que considerou importante para a avaliação do anda-

mento do programa mais tarde.

O comunicado conjunto divulgado simultaneamente em Brasília e Washington demonstra mais uma vez a preocupação do governo em mostrar que o acordo com o Fundo está sendo negociado com mais autonomia por parte das autoridades brasileiras. "A direção do FMI concordou com a posição das autoridades brasileiras

de que, dentro do quadro de reformas estruturais, um programa fiscal de três anos, gerando superávits de 2,6% do PIB em 1999, 2,8% em 2000 e 3% em 2001, atingiria o objetivo do governo", diz a nota. "Prosseguem as discussões com o objetivo de alcançar em breve um acordo sobre o programa detalhado", continua.

Durante sua estada em Washing-

ton, o secretário-executivo da Fazenda, chefe da missão brasileira que viajou aos Estados Unidos na sexta-feira para negociar com o Fundo, fez uma visita ao departamento do Tesouro americano. O órgão vem tendo participação fundamental na montagem do suporte financeiro ao Brasil. Ele fez um relato sobre os progressos das negociações com o

FMI ao vice-secretário-adjunto do Tesouro para Ásia, Américas e África, Daniel Zelicow. Parente reuniu-se também com o vice-presidente do Banco Mundial para Operações, o paranaense Caio Koch-Weser, e retornou ontem ao Brasil.

Funcionários do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento participaram das reuniões da missão brasileira com o FMI. A presença das duas instituições é importante porque elas pretendem ter um papel novo no ajuste fiscal brasileiro, reforçando seu suporte financeiro para preservar e ampliar os programas sociais que já financiam no Brasil, principalmente nas áreas de educação, saúde e combate à pobreza.

REUNIÕES

O dia de ontem foi marcado por reuniões da equipe econômica com o presidente Fernando Henrique Cardoso. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, entregou um esboço do pacote fiscal ao presidente, mas no final da tarde confirmou-se o que já era esperado. O anúncio das medidas impopulares foi adiado para não prejudicar a eleição dos aliados do governo nos estados. A reunião de líderes partidários prevista para hoje, em que o presidente Fernando Henrique apresentaria as linhas gerais do pacote, também foi transferida para a próxima semana.

O presidente ainda vai avaliar a viabilidade política de cada medida proposta pela equipe. A maioria precisa ser aprovada pelo Congresso. Segundo o porta-voz do Palácio do Planalto, Sérgio Amaral, "é um trabalho sério e ambicioso" e inclui "medidas temporárias para atravessar a crise, que deixarão de vigorar quando as reformas forem sendo implementadas".

Preocupado com a repercussão negativa do pacote, o Planalto procurou tranquilizar a população. O porta-voz disse que "não haverá surpresas, pois várias medidas já estão sendo debatidas com ministros, líderes e na imprensa". O aumento de impostos é considerado indispensável para que o governo obtenha a receita extra que precisa em 1999, mas até agora nenhuma medida do pacote foi confirmada oficialmente.